

ESPAÇO | SOCIALISTA

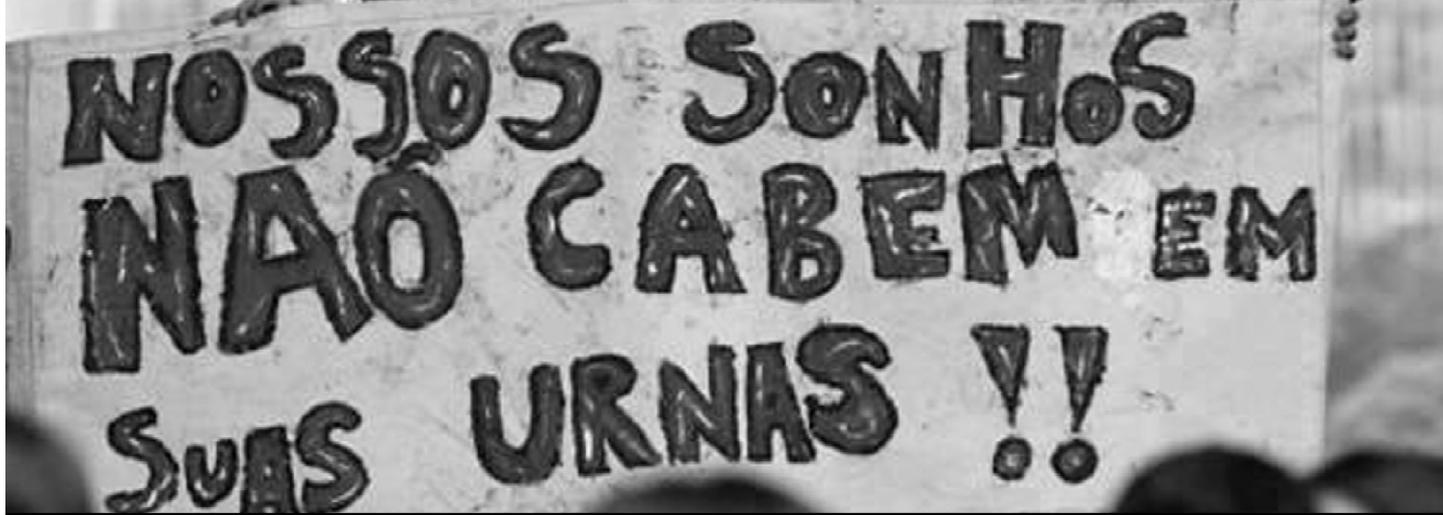
Nº 71 - Agosto (2a. quinzena) Setembro de 2014

Contribuição: R\$ 1,00

Organização Marxista Revolucionária



**A LUTA DIRETA CONTRA
A BURGUESIA É MUNDIAL!**



DISCUSSÃO ELEITORAL: AS NOSSAS REFERÊNCIAS TEÓRICAS E AS POSIÇÕES NOS DEBATES INTERNOS

A CAUSA PALESTINA E A MÁQUINA DE GUERRA ISRAELENSE

AS LUTAS DO SEGUNDO SEMESTRE

AS LUTAS NO BRASIL NO 2o. SEMESTRE: ORGANIZAÇÃO DE BASE E UNIDADE PARA VENCERMOS OS OBSTÁCULOS

AS LUTAS NO BRASIL PÓS-JUNHO E PÓS-COPA

O processo de lutas que vem se desenrolando no Brasil, que teve seu marco nas jornadas de junho de 2013, na greve dos garis em 2014 e outras que se seguiram, e no movimento contra a Copa, pode ter a sua continuidade nas campanhas salariais do 2º semestre. Entre setembro e outubro temos as datas bases de importantes categorias nacionais, como bancários, correios, petroleiros e metalúrgicos. São categorias com uma importante tradição de luta, que tem feito greves sistematicamente nos últimos anos, e cuja mobilização representaria um peso significativo na realidade política nacional.

No caso de petroleiros e correios, seu patrão é o próprio governo federal, controlador da Petrobrás e ECT, o que também vale para metade dos bancários (funcionários do BB e da CEF). Essas empresas, ainda que nominalmente estatais, são geridas por uma burocracia dirigente que as trata como sua propriedade privada, empenhada em aumentar os lucros a qualquer custo. Esses dirigentes embolsam bônus milionários e participação nos lucros, à custa da exploração dos funcionários. Trabalhadores dessas empresas enfrentam achatamento salarial (perdas acumuladas de 80% e 90% no BB e na CEF desde julho de 1994), privatização disfarçada (80% dos trabalhadores da Petrobrás já são terceirizados), sobrecarga de serviço, assédio moral, adoecimento físico e psicológico, etc., isso sem falar na inflação que corrói o salário do conjunto dos trabalhadores. Não faltam razões para ir à luta!

OBSTÁCULOS A SEREM SUPERADOS:

√ As próprias direções sindicais, já que as principais centrais sindicais do país, como CUT, CTB, Força

Sindical, UGT, NCST, etc., estão aparelhadas por partidos políticos governistas, como PT e PCdoB, cuja prioridade será a reeleição de Dilma e de seus candidatos, ou por caciques como Paulinho da Força, cuja prioridade será também a campanha eleitoral;

√ A dureza da patronal: bancos e montadoras, especialmente, estão demitindo em massa e impondo "Lay-off" e férias coletivas;

√ O aparato repressivo erguido no período pré-Copa do Mundo, com contingentes policiais massivos nas ruas, violência sistemática e indiscriminada da polícia contra grevistas e manifestantes, prisões arbitrárias e ilegais, intimações e indiciamentos para depoimento sem base real e puramente intimidatórios, plantões judiciais prontos para julgar e condenar sem provas ou com flagrantes forjados (como nas ditaduras), condenação das greves como abusivas pela justiça do trabalho, multas aos sindicatos e bloqueio das contas (que na prática impedem os sindicatos de funcionar, outra medida típica das ditaduras). Esse aparato repressivo é uma necessidade do Estado, a serviço do capital, para tentar impedir as lutas dos trabalhadores;

√ O trabalho sistemático de difamação dos movimentos sociais por meio dos veículos da mídia corporativa, rede Globo e demais cadeias de TV, revista Veja, grandes jornais como Folha, Estadão, portais da internet, etc., todos dedicados diariamente a tratar os manifestantes e grevistas como criminosos, vândalos, extremistas, responsáveis pela violência, intransigentes, contrários à ordem pública e ao conjunto da



população;

√ Por último, o próprio governo estará por trás dos sindicatos pelegos, do aparato repressivo e da imprensa, coordenando-os e atuando ao lado da patronal, para impedir as greves, pois seu interesse fundamental é garantir a realização das eleições, em que o partido governante, o PT e sua coligação, enfrenta um forte questionamento, ainda que não haja nenhuma empolgação pelo bloco oposicionista burguês liderado pelo PSDB. Ambos os partidos precisam impedir que a dinâmica das lutas influencie nas eleições, convergindo para altas porcentagens de abstenções, votos nulos ou votos de protesto. Precisam legitimar seu projeto (que é o mesmo, com vieses diferentes) de gestão do capital no país por meio das urnas, sem dar voz para as ruas.

FAZ FALTA A UNIDADE ENTRE OS LUTADORES!

Para passar por cima dos obstáculos descritos acima, as categorias em luta precisarão aprender com as lutas do primeiro semestre e do período pré-Copa. No momento mais agudo, em que a mobilização de diversas categorias, as ocupações urbanas e as manifestações de rua, tudo isso acontecendo simultaneamente, poderia apresentar um questionamento mais sério contra a realização da Copa e pela imposição das reivindicações dos trabalhadores,

o que fez falta foi uma referência organizativa e programática centralizada que unificasse todas essas lutas.

Não há no Brasil um fórum nacional de lutas ou comitês regionais, reunindo as centrais sindicais combativas e antigovernistas, os movimentos populares e da juventude, como MTST ou MPL, que tem protagonizado as principais lutas no período mais recente. Uma ação coordenada desses setores poderia servir como referência para o chamado a uma greve geral no período pré-Copa, chamado que poderia servir como fator aglutinador para que as diversas categorias e movimentos em luta convergissem para um único enfrentamento contra a patronal e o governo, reforçando o elemento de unidade da nossa classe contra os capitalistas.

Infelizmente, prevaleceu uma política mais recuada, mesquinha, voltada para os interesses de cada setor. No caso do movimento sindical, as centrais antigovernistas, Conlutas e Intersindical, limitaram-se a fazer o chamado a CUT e demais centrais pelegas para que unificasse as lutas, coisa que jamais fariam, nem farão agora no 2º semestre. PSTU e PSOL, respectivamente majoritários nessas centrais, privilegiaram suas relações de “boa vizinhança” com a burocracia cutista e governista no âmbito da superestrutura dos aparatos sindicais, ao invés da mobilização das lutas.

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO DE BASE

O controle dos aparatos sindicais pelos governistas e pelegos é um elemento da maior importância, pois as diretorias dos sindicatos definem o

calendário das campanhas, datas de assembleias e deflagração de greve, além da composição das mesas de negociação, em que os burocratas sindicais negociam os acordos entre quatro paredes e pelas costas da base das categorias. Quando necessário “tratoram” assembleias, impõem resultados contrários à votação da base, desligam o microfone e fogem do carro de som escoltados pela polícia.

A receita para fortalecer as lutas no 2º semestre para que tenhamos chances de vitória passa por medidas que superem esse controle burocrático (e que não foram adotadas pelas centrais opositoristas no 1º semestre). É preciso romper totalmente com as burocracias sindicais governistas e pelegas e lutar por elementos que possam dar às bases das categorias o controle sobre suas lutas. Em 2013, os diversos coletivos de oposição que constituíram o Avante, Bancários! deram um exemplo importante na greve da categoria em São Paulo: organizaram piquetes pela base, independente da direção pelega e governista do sindicato, trancaram prédios importantes e impuseram prejuízos reais aos bancos, contribuindo para uma greve mais forte do que as dos anos anteriores. Esse exemplo precisa ser seguido este ano e também espalhado pelas demais categorias:

√ Intensificar a mobilização na base das categorias, chamando a realização de reuniões nos locais de trabalho e plenárias de base para discutir as campanhas;

√ Lutar pela democracia no movimento, exigindo a realização de assembleias, o direito de falar nas assembleias e defender propostas para organizar a luta;

√ Comandos de greve e de mobilização controlados pela base, organizando os piquetes e ações de luta;

√ Representantes na mesa de negociação eleitos em assembleia e com mandatos revogáveis;

√ Retomar a pauta de reivindicações reais e as verdadeiras necessidades das categorias, que

podem de fato levá-las à luta, contra as pautas rebaixadas e artificiais inventadas pelos pelegos e governistas.

PELA UNIDADE DAS CATEGORIAS EM LUTA!

Além disso, um elemento decisivo seria a unificação dessas categorias em luta, com greves simultâneas, em que se pudesse realizar assembleias, piquetes, passeatas e manifestações conjuntas, reforçando mutuamente cada segmento no seu enfrentamento com a patronal, o governo e a repressão. Para isso, é preciso defender no âmbito de cada categoria um calendário unificado de greve.

Uma greve unitária seria também um fator capaz de atrair e agregar os demais setores dos movimentos sociais e da juventude à luta das categorias. Para isso, trabalhadores dos bancos federais, correios, petroleiros precisam incorporar às suas lutas demandas do conjunto da população, como a luta contra o sistema financeiro e o pagamento da dívida, que determina a política econômica do governo, os cortes nos gastos sociais e a prioridade para os lucros dos bancos e especuladores.

E para fazer esse debate, categorias que têm o governo federal como patrão (caso dos trabalhadores dos bancos federais, correios, petroleiros) precisam também romper com a chantagem feita pelo PT e satélites governistas no movimento, a chantagem de que o PSDB privatizaria as estatais. O PSDB vai mesmo privatizar tudo o que ainda resta, como tem feito em São Paulo. Mas, na gestão do PT não é diferente. Mesmo que ainda a propriedade dessas grandes empresas nacionais seja nominalmente estatal, a sua gestão já é privatista, a sua prioridade já é o lucro a qualquer custo, a sua relação com a população já é predatória, o seu método de gestão já é o assédio moral e a imposição de metas, o seu lucro já é apropriado indiretamente pelo setor privado, através do pagamento da dívida pelo tesouro nacional. A única defesa contra a privatização é a própria mobilização dos trabalhadores e da população.



AS NOSSAS REFERÊNCIAS TEÓRICAS PARA A DISCUSSÃO ELEITORAL

Está aberto o processo eleitoral no Brasil. Trata-se de mais uma luta política entre a classe trabalhadora e a burguesia, que pode servir para aumentar o controle sobre a classe trabalhadora ou para que a classe trabalhadora tire lições políticas e avance na compreensão de que somente a luta contra o poder da burguesia e do capital pode mudar a nossa vida.

É uma luta política que impõe questões fundamentais para as organizações revolucionárias elaborarem uma tática que supere alguns desafios fundamentais: 1) como conseguir dialogar com a classe trabalhadora e ganhá-la para a compreensão de que o ato de votar não é suficiente para mudar a vida; 2) ter uma intervenção no processo eleitoral (independente de ter candidato ou não) sem, no entanto, semear ilusões; 3) contribuir para que a classe trabalhadora faça experiência com os mecanismos de dominação da democracia burguesa e deixe de acreditar nessa farsa; 4) como fazer com que essa intervenção sirva para organizar a luta direta. E, por último, mas não menos importante: 5) como construir organizações revolucionárias para contribuir com a luta pelo poder dos trabalhadores.

São questões fundamentais, mas também que demonstram as dificuldades para os revolucionários encontrarem a tática correta, em cada momento político. Dificuldades que aumentam se levamos em conta que podemos cair em sectarismo, oportunismo e até mesmo capitulação, pois esses desvios são separados por uma linha muito tênue.

Começamos por esses desafios porque nos parece que a “esquerda legalizada” (PSTU, PSOL e PCB) tem se perdido em como fazer intervenção nos processos eleitorais, se limitando a apresentar-se como alternativa “administrativa” que irá gerenciar melhor a máquina estatal.

Essa lógica empregada por essa esquerda faz com que a crítica se restrinja à forma de governar ou mesmo, como se o problema fosse moral, apresenta que o problema do Congresso Nacional é a falta de idoneidade, falta de denúncia da corrupção, etc. Mas, sabemos que o

problema do Estado ou do Congresso Nacional não é a quantidade de deputados de esquerda, mas sim a sua própria função na governança do capital.

Essa lógica tem como consequência secundarizar a crítica ao próprio capital como a causa dos problemas da classe trabalhadora.

O CENTRO DA LUTA É POR FORA DO PARLAMENTO

A crise estrutural do capital impõe algumas contradições que não podem ser solucionadas como eram no passado. Nessa reestruturação a intensificação da produção destrutiva passa a ser o elemento predominante de sua constituição. Como exemplo, a criação de mecanismos para o consumo de massas permanente e consistente encontra barreiras nos limites da expansão indefinida de crédito. Por conta das particularidades dessa crise, mesmo a possibilidade de o sistema realizar reformas (que possam melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora de conjunto facilitando o consumo, por exemplo) são mínimas.

Demarcamos essa questão porque a solução da crise - na lógica do capitalismo - não passa “por políticas de Estado” (ainda que tenham alguma importância), mas sim por uma completa reestruturação das formas de produzir e do próprio processo de tomada de decisão política. O que tem se conseguido é jogar para frente as contradições internas do funcionamento do capital. E mesmo assim, com um intervalo de tempo cada vez menor.

Dessa forma, o capital, funcionando como um sistema, age no interior do Estado, mas fundamentalmente fora dele. Como diz Meszáros, o capital é uma força extraparlamentar “por excelência”, ou seja, seu funcionamento real está para além das instituições do Estado.

Para vencermos o capital precisamos confrontá-lo na fonte da produção de riqueza, isto é, nas relações de produção. É fundamentalmente nesse campo que a ação dos revolucionários deve concentrar suas forças.

Assim, a atuação dos revolucionários no parlamento pode até ocorrer, mas não



pode ser o centro da intervenção. Também não podemos incentivar qualquer tipo de ilusão de que por dentro do Estado burguês haverá transformação social efetiva.

Com isso afirmarmos, e isso vale também para o Brasil, a impossibilidade do reformismo na atual etapa histórica e a atualidade histórica da revolução. Portanto, para nós, a estratégia da luta socialista brasileira é a revolucionária.

Ressaltamos que o descrédito na solução das demandas via parlamentar não é uma escolha, mas decorre de uma avaliação da realidade objetiva na qual o capitalismo demonstra seus limites e sua incapacidade de fazer concessões à classe trabalhadora, que precisa cada vez mais se organizar e lutar para manter ou arrancar conquistas.

NENHUMA ILUSÃO NA DEMOCRACIA BURGUESA

Ao partir de um aspecto correto e de uma tática que aproveite as brechas legais a “esquerda legalizada” tem se diferenciado muito pouco dos partidos da ordem. Muitas vezes parece mais do mesmo, sem sequer fazer uma denúncia radical da democracia burguesa e do próprio processo eleitoral controlado pela burguesia.

Entendemos que a intervenção da “esquerda legalizada” no processo eleitoral poderia ser de enfrentamento à burguesia e ao capital e que possibilitaria levar para milhões de pessoas as propostas socialistas. Mas, há uma diferença importante entre: participar do processo eleitoral e nutrir ilusões por ele; ter candidatos e rebaixar o programa na tentativa de elegê-los; disputar para ganhar ou para denunciar o parlamento, a democracia burguesa e o capital.

Na verdade são os banqueiros, empreiteiros, os especuladores das

Bolsas de Valores que decidem o que os eleitos deverão aprovar ou não. Precisamos contribuir para que a classe trabalhadora entenda isso.

A LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Como diz Lênin (A Revolução proletária e o renegado Kautsky): “A democracia burguesa, sendo um grande progresso histórico em comparação com a Idade Média, continua a ser sempre — e não pode deixar de continuar a ser sob o capitalismo — estreita, amputada, falsa, hipócrita, paraíso para os ricos, uma armadilha e um engano para os explorados, para os pobres”. Perder isso de vista é cair em uma armadilha que,

historicamente, levou o proletariado a grandes derrotas.

Para os revolucionários ainda tem uma questão importante que é como combinar a luta contra a democracia burguesa com a luta por mais liberdades democráticas. Os regimes ditatoriais e fascistas são dificuldades para a luta revolucionária. Com todos os limites da democracia burguesa, o direito de reunião e manifestações públicas, direito de greve e de se organizar sindical e politicamente são conquistas importantes e que permitem melhores condições de luta.

Essa não é uma combinação simples porque nessa luta não podemos deixar “brechas” para a burguesia retirar os direitos democráticos conquistados com

muita luta. Na luta pelas conquistas democráticas demonstramos os limites da democracia burguesa, contribuimos para que os trabalhadores façam a experiência e compreendam que só um poder socialista poderá propiciar a mais ampla democracia, a democracia operária.

Nesse momento de repressão, prisões, processos e outros ataques aos direitos democráticos são mais uma demonstração de que a burguesia não tem a democracia como princípio, utilizando-a só quando é útil para garantir a sua dominação. Hoje, na prática, não temos o direito de manifestação e reunião pública. Não temos liberdade de imprensa. E, em muitos casos, sequer temos as garantias constitucionais

POSIÇÕES SOBRE A TÁTICA ELEITORAL EXPRESSAS NOS DEBATES INTERNOS

Nos debates, em nossa Organização, tivemos duas posições táticas para as próximas eleições: Voto nulo e Voto de classe crítico no PCB, PSTU ou Nulo de esquerda.

A nossa compreensão de centralismo democrático apresenta a possibilidade de publicarmos posições divergentes. Entendemos que são debates do próprio movimento e as várias forças políticas e ativistas os estão fazendo. E a publicação das posições podem contribuir com os proponentes, com os militantes e ativistas para refletirmos, a luz da dinâmica da luta de classes, sobre acertos e erros nas posições.

A partir de uma decisão, por maioria, aplicaremos a política

votada. O espaço democrático e a garantia de que as posições políticas serão debatidas e submetidas ao voto é, a nosso ver, uma forma de fortalecer a decisão da organização, criando um ambiente sadio e fraterno entre camaradas. É a democracia interna em sua máxima expressão.

Assim, publicamos nessa edição dois textos que expressam, em linhas gerais, os posicionamentos internos em debate.

Objetivando ampliar a reflexão sobre a questão eleitoral, também publicamos um texto de Ivo Tonet (Professor da UFAL) que, para além de seu posicionamento tático, traz questões imprescindíveis para essa reflexão.

POR UM VOTO DE CLASSE: VOTO CRÍTICO NO PCB, PSTU OU NULO DE ESQUERDA

A partir da crise de 2008, temos visto em todo o mundo a retomada dos enfrentamentos radicalizados que são muito promissores enquanto experiências iniciais após décadas de retrocesso político/ideológico.

No entanto, esse processo ainda em seu início também é cheio de contradições e desafios. Faz com se abram espaços para a esquerda, mas também para a direita. Temos presenciado de modo até surpreendente uma onda conservadora em vários países.

Nas eleições, as massas buscam mesmo sem êxitos duradouros impor “votos-castigos” aos governantes e partidos de plantão. Esse “voto-castigo” ora vai à esquerda, mas também à direita levando muitas vezes ao crescimento inclusive de setores fascistas.

No Brasil, temos visto que os protestos de junho de 2103, adotaram a

forma de “manifestações-castigo”, expondo demandas acumuladas em décadas, atingindo negativamente todos os governos e partidos, embora com muito mais força o PT por estar há anos no governo federal, por representar o contrário do que sempre defendeu e também pelos interesses da grande mídia e da direita em tomar proveito das mobilizações para capitalizá-las eleitoralmente.

Se por um lado aumentou o espaço para a esquerda, também vimos o surgimento e fortalecimento de grupos como os skinheads, o PMB (Partido Militarista Brasileiro), o PSC (Partido Social-Cristão), com o Pastor Everaldo, etc.

De lá para cá, a conjuntura sofreu mudanças e é impossível não vermos a onda de direita e dos aspectos repressivos do estado na sociedade em geral. Nesse

sentido, nossa tarefa é mais complexa do que pensam alguns: por um lado devemos denunciar e combater a democracia burguesa por seu caráter limitado e de regime de dominação de classe. Mas por outro devemos defender os espaços de debate e de liberdade mínimos que a democracia burguesa foi obrigada a conceder devido às lutas de décadas anteriores, particularmente o direito de greve e de manifestação, mas também do debate das alternativas políticas para o país. Assim, nesse momento, a tática do Voto Nulo não deságua necessariamente em avanço da consciência das massas que ao ser complementada pela propaganda ou agitação política tomaria quase que automaticamente um conteúdo de esquerda.

Para além de um setor que irá votar nulo pela esquerda (setor esse que continua ultraminoritário no contingente

total de votos nulos), há também um setor irá votar nulo pela direita, e que embora também minoritário, cresceu depois de junho indicando a tendência de polarização social e política. Por último há um setor, que é a maioria, que é cético, rejeita qualquer participação política, mesmo a de esquerda.

Assim, a agitação política e propaganda em torno do Voto Nulo não é uma tarefa isenta de problemas, pelo contrário guarda várias contradições práticas e ideológicas a serem enfrentadas.

Por outro lado chamar o voto nos partidos que se colocam como representações dos trabalhadores tampouco é uma tarefa simples e fácil.

1) O PSOL já passou a linha da independência de classe, tanto programaticamente, quanto pelas alianças e pela aceitação de doações de empresas. Portanto coloca-se como inviável chamar o voto no PSOL.

2) O PCO, por mais que faça um discurso à ultra-esquerda, em muitos momentos acaba atuando como 5ª coluna (auxiliar) da Articulação/PT.

3) O PSTU embora presente

aspectos importantes como o classismo, sua ligação com os movimentos sociais, etc., vem adotando um curso mais à direita, com uma intervenção rebaixada e imediatista nas eleições, não denunciando o capitalismo, a democracia burguesa e nem defendendo o socialismo em seus materiais de campanha.

4) O PCB parece o partido com uma intervenção menos problemática nas eleições, equilibrando melhor a defesa do programa socialista com uma intervenção mais profunda e qualificada. Mas do ponto de vista prático também apresenta problemas, como sua pouca ligação aos movimentos e ter chamado o Voto na Dilma no segundo turno das eleições passadas.

AJUDAR OS TRABALHADORES A SE RECONHECEREM COMO CLASSE TAMBÉM NAS ELEIÇÕES!

Nessas eleições o centro para a esquerda deve ser intervir e se enraizar nos movimentos, combatendo a direita e ajudando os trabalhadores a reconstruir sua identidade de classe e seu projeto alternativo de sociedade.

Para isso, devemos concentrar nossos esforços nos termos das questões estratégicas colocadas atualmente e não focarmos tanto na defesa desta ou daquela candidatura ou no Voto Nulo.

Para nós, a tática que melhor possibilita levar a cabo essa intervenção seria um **Voto de Classe: Voto Crítico no PCB, PSTU ou Nulo de Esquerda!** Essa tática também ajudaria a dar uma coloração vermelha ao Voto Nulo.

A principal questão é conseguir estabelecer um critério de classe e socialista para disputar, mesmo em um terreno desfavorável, um setor de massas e não apenas sua vanguarda contra o ceticismo apolítico e a direita. Ao mesmo tempo dialogar com aqueles trabalhadores e ativistas que pretendam votar no PSTU, PCB como alternativa de esquerda, citando sua importância, mas também seus limites.

Assim, realizarmos a crítica dos partidos de esquerda, mas não nos colocarmos de fora do processo como os únicos que têm a verdade e não ajuda, nesse sentido, a fortalecer e unificar a classe.

TODO VOTO É NULO: SÓ A LUTA MUDA A VIDA!

O TSE DIZ: “#VEMPRAURNA” E A ESQUERDA DIZ: “VOTE EM MIM!”

Em junho de 2013 fez falta uma esquerda que apresentasse a alternativa da ação direta combinada a uma crítica radical do capitalismo. Agora, faz falta uma esquerda que organize toda a insatisfação ainda presente por meio de uma campanha de denúncia da democracia burguesa, da repressão, dos partidos burgueses e do sistema como um todo. Se votar mudasse alguma coisa, seria proibido. Como a eleição não muda nada, o voto é obrigatório. Precisamos de democracia todos os dias, e não de 4 em 4 anos! Na ausência dessa campanha, a imensa insatisfação acumulada vai se expressar na forma de um enorme e desorganizado contingente de abstenções, votos brancos, nulos e em candidatos folclóricos.

Para fechar com chave de ouro a vitória da burguesia, os partidos de esquerda comparecem alegremente ao circo eleitoral, validando, nas entrelinhas,

os seguintes pressupostos: que aceitam as regras do jogo eleitoral, que o jogo é justo e vence o melhor, que não há interferência do poder econômico da classe capitalista, que o candidato eleito é o governante legítimo, que tudo que se pode fazer é esperar mais quatro anos e torcer por um resultado melhor nas próximas eleições, que elegendo candidatos comprometidos com os trabalhadores conseguiríamos melhorias, que o sistema capitalista pode ser transformado por meio de reformas graduais, que não é necessária uma revolução, etc. Não importa o que digam na campanha (porque não o fazem fora da campanha), no frígir dos ovos, é essa a mensagem subliminar que fica.

POR QUE NÃO UM VOTO NOS PARTIDOS “DA CLASSE”?

Não há uma disputa real entre um projeto dos trabalhadores e um projeto da burguesia nas eleições. Há uma disputa entre dois blocos partidários, o

do PT e o do PSDB, para ver qual deles irá liderar a aplicação de um único projeto, o da burguesia. A última vez em que um projeto dos trabalhadores se expressou nas eleições foi talvez na campanha de 1989, quando o próprio PT ainda era um partido classista, combativo e com um programa de reformas radicais, que expressava as lutas que vinham desde o início da década. Hoje não temos nada parecido ao que foi aquele processo. O projeto dos trabalhadores ainda precisa ser reconstruído. Os partidos citados acima não têm a capacidade sequer de se unificar em uma frente, nem no movimento e nas lutas concretas da classe, nem nas eleições.

A participação de organizações e militantes socialistas nas eleições tem que estar a serviço do avanço da luta de classes. Hoje acontece o contrário, as formas de participação que o Estado permite aos trabalhadores, como partidos e sindicatos, servem para acomodar os trabalhadores à lógica da reprodução

social no interior do capitalismo. Para que haja uma ruptura com essa lógica, esses instrumentos legalizados devem ser utilizados como os acessórios da luta e não como os principais. Hoje, a disputa por aparatos sindicais e por votos nas eleições burguesas é a atividade principal dos partidos “da classe”, e isso não serve para educar os trabalhadores. A disputa real deve ser realizada por meio da organização de base, para enfrentar a ideologia burguesa e seu Estado.

POR QUE VOTO NULO?

A disputa que devemos travar não é no interior das eleições, mas contra o processo eleitoral. As eleições são o mecanismo por meio do qual o Estado recicla os seus gerentes de plantão e assim se legitima para seguir impondo a dominação de classe. Num momento como o que estamos vivendo, pós-jornadas de junho, em que o Estado e suas instituições, principalmente os partidos, foram fortemente questionados, envolver-se nas eleições como uma disputa que interessa aos trabalhadores significa compactuar e capitular a esse

operativo da burguesia de reciclar e relegitimar o seu Estado por meio das eleições.

POR QUE LUTA DOS TRABALHADORES?

Uma campanha pelo voto nulo puro e simples também não seria suficiente para enfrentar o projeto da burguesia e seu mecanismo de legitimação por meio das eleições. Afinal, o voto nulo é somente mais uma das opções disponíveis na própria urna. Esse voto e nulo puro e simples, como se fosse um fim em si mesmo, se confunde com o voto nulo da direita e dos saudosistas da ditadura e com o voto nulo despolitizado do senso comum, que diz que “todos são iguais, todos são corruptos”. Da mesma forma, a abstenção ou os votos de protesto (em que, de certa forma, o voto nos partidos “da classe” também se enquadra) também são opções para o que fazer diante da urna. Esse não deve ser o principal debate nas eleições.

O principal deve ser o que fazer

para além das eleições para mudar a realidade, que é a mobilização e a luta dos trabalhadores. Se os instrumentos legalizados (sindicatos e partidos eleitorais) não devem ser a principal arma para a luta dos trabalhadores, o principal é o que ainda falta construir, que são comitês, coletivos, fóruns de luta por local de trabalho, de estudo e de moradia que possam ser o sustentáculo para um projeto da classe.

EM RESUMO, “COMITÊS PELO VOTO NULO E LUTA DOS TRABALHADORES!”

Alckmin vai acabar com a águia de São Paulo para se reeleger, e da mesma forma Dilma vai gastar toda a munição do governo federal (e da polícia). Depois da festa eleitoral, virá a ressaca da crise capitalista latente. As lutas vão continuar, porque não haverá outra alternativa. Por isso, “comitês pelo voto nulo e luta dos trabalhadores”, que apontam uma alternativa diante das eleições e para o que fazer depois delas, apresentando a luta como negação e superação do ato de votar.

ELEIÇÕES: REPENSANDO CAMINHOS

Ivo TONET

De tantos em tantos anos somos convocados para participar de um processo de escolha de representantes políticos. E, diante de tanta corrupção, de tantos desmandos dos políticos, de tanto descaso para com a coisa pública, de tanto cinismo, muitos se perguntam: vale a pena continuar votando? Vale a pena renovar sempre o crédito quando se constata que nada muda? Promessas sempre renovadas, em tempo de eleição, e sempre descumpridas depois de encerrado o processo. Haveria alguma alternativa?

Para quem entende que esta forma de sociabilidade – capitalista, necessariamente desigualitária, – é a melhor forma possível não resta nenhuma dúvida, trata-se de aperfeiçoá-la e, para isso, o processo democrático de escolha de representantes e de exercício do poder político é um dos elementos fundamentais. Não importa quantos e quão profundos defeitos tenha, é a melhor alternativa.

Para aqueles, porém, que admitem

a possibilidade de construir um mundo livre das desigualdades sociais e que, portanto, não se iludem com a possibilidade de aperfeiçoar gradativamente esta forma de sociedade, participar ou não do processo eleitoral não é uma questão de princípio, pois não é a única alternativa. O importante é analisar a situação concreta e verificar se a participação pode ser um instrumento nessa luta pela transformação radical do mundo.

1) A SITUAÇÃO CONCRETA

1. 1) UM POUCO DE HISTÓRIA GERAL

Como resultado da trajetória histórica dos últimos cento e cinquenta anos, a luta pela transformação radical do mundo encontra-se, hoje, em uma situação extremamente difícil. Ao longo destes anos, muitas foram as batalhas travadas entre o capital e o trabalho. Infelizmente, não obstante vitórias pontuais do trabalho, o que predominou foram as vitórias do capital.

Porém, algo mais grave aconteceu. Ao longo dessa trajetória, a perspectiva do trabalho, que é a de superar inteiramente o capital, foi perdendo, cada vez mais, a sua especificidade, o seu caráter radicalmente revolucionário e se tornando sempre mais reformista.

Para os revolucionários socialistas, Marx à frente, era claro que a tarefa de mudar o mundo repousava sobre os ombros da classe trabalhadora¹. Essa deveria organizar-se de maneira independente do Estado, lançar-se à luta e nesse processo ir criando uma consciência cada vez mais clara dos seus objetivos. Para eles, estava muito claro que a transformação do mundo seria obra da classe trabalhadora organizada e consciente e jamais do Estado. Portanto, que o eixo da luta revolucionária nunca poderia ser nem o parlamento, nem o Estado. O objetivo não poderia ser a tomada do Estado, para, por meio dele, conduzir a mudança do mundo. A luta pelo poder político seria apenas um primeiro momento, de

fundamental importância, mas secundário, que criaria as condições para que a “alma social”, ou seja, as mudanças concretas nas relações de trabalho – a instauração de uma forma de trabalho comandada de modo consciente, livre e coletivo e universal pelos próprios trabalhadores – pudesse se manifestar plenamente². Isto está claramente afirmado, por Marx, tanto nas *Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano, como em A guerra civil na França*.

Os revolucionários socialistas sabiam que o Estado sempre seria, em essência, um instrumento das classes dominantes e que, portanto, jamais poderia ser simplesmente conquistado, reformado e posto a serviço dos trabalhadores. Sabiam que, por mais desenvolvido que fosse o sistema democrático, ele só poderia admitir a participação dos trabalhadores na medida em que aceitassem os limites impostos pela propriedade privada. Sabiam, também, que o Estado não é composto apenas pelo legislativo e pelo executivo, mas também pelo sistema judiciário, administrativo e repressivo. Que, portanto, mesmo se houvesse a possibilidade de ocupar o executivo e ter maioria no legislativo, ainda assim, os trabalhadores estariam longe de ter efetivamente o poder do Estado em suas mãos. Sabiam, além disso, que o sistema político-eleitoral é a melhor forma de iludir e desmobilizar a população, pois a leva a acreditar que o poder está em suas mãos, quando, de fato, ele jamais escapa do controle das classes dominantes³.

No entanto, embora não tendo ilusões quanto ao sistema democrático burguês, os revolucionários socialistas tinham claro que a democracia burguesa é o melhor espaço para levar a luta do trabalho contra o capital até o seu fim. Por isso mesmo, para eles, a democracia jamais poderia ser suprimida pela força ou por decreto. A democracia só poderia **extinguir-se** quando entrasse em cena uma forma superior de liberdade, a liberdade do socialismo⁴. E esta seria, necessariamente, fundada no trabalho associado⁵. Assim como o trabalho assalariado é o fundamento do modo de produção capitalista, o trabalho associado é o fundamento da livre associação dos trabalhadores associados, outro nome

para o modo de produção comunista.

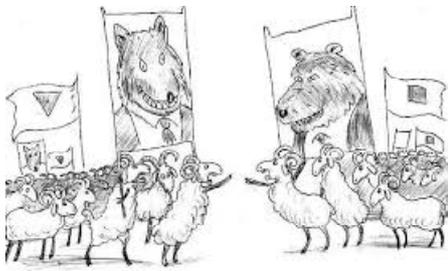
No entanto, por um processo extremamente complexo e tortuoso, e tanto pela via reformista da social-democracia alemã, como pela via revolucionária soviética e depois pela chamada “via democrática”, o eixo da luta foi sendo deslocado da organização autônoma e independente da classe trabalhadora para o interior do Estado e do parlamento. Infelizmente, esse deslocamento continua, e de modo cada vez mais intenso, até os dias atuais. Os reformistas acreditavam que os trabalhadores poderiam, através da ampliação da sua participação no parlamento, aumentar cada vez mais o seu peso e assim tomar o poder do Estado para, por intermédio dele, realizar as transformações rumo ao socialismo. Os revolucionários, por sua vez, inicialmente na Rússia e depois em todos os outros países, se viram diante de uma situação na qual faltavam as condições essenciais para caminhar no sentido do socialismo (um alto desenvolvimento das forças produtivas e a universalização da revolução)⁶. Isto é, faltavam, exatamente, as condições para instaurar o trabalho associado, a “livre associação dos trabalhadores livres”, que, por sua natureza, deve ser universal. Por isso, entenderam que deveriam utilizar-se do Estado como esse instrumento capaz de dirigir a criação daquelas condições. Os reformistas da “via democrática” (eurocomunistas e socialistas democráticos, seguidos pela maioria da esquerda dos países capitalistas), por seu lado, acreditavam que o caminho da transformação do mundo passava pela ampliação da influência da esquerda na chamada sociedade civil⁷ e, depois, no próprio Estado. A ampliação gradual e constante da democracia e da cidadania seria o caminho que levaria ao socialismo, sempre respeitando as regras do “jogo democrático”.

Por todos esses caminhos, o campo de luta foi sendo deslocado, teórica e praticamente, do terreno da “fábrica”, isto é, do lugar onde se produz a riqueza

material e por isso, onde se dá o embate fundamental entre o capital e o trabalho e a partir do qual se deve dar a organização e tomada de consciência da classe trabalhadora, para o terreno do Estado. E, mesmo quando as lutas extraparlamentares eram incentivadas, sempre se deixava claro que elas deveriam desaguar no Estado. O resultado disso é que a classe trabalhadora e, com o tempo, também a maior parte dos revolucionários, foram levados a acreditar que poderiam intervir decisivamente na transformação do mundo apenas depositando o seu voto nas urnas, assumindo, através de representantes, postos no aparelho estatal ou pressionando o Estado através de lutas parciais. Além disto, também foram levados a acreditar que a falta de atendimento às suas reivindicações estaria ora na corrupção, na malversação do dinheiro público, na má administração, na traição dos políticos e partidos, na falta de honestidade, na falta de recursos etc., jamais na própria essência das relações materiais da sociedade (as relações de produção capitalistas) e no Estado, como instrumento necessário para a reprodução dessas relações.

Passividade, desmobilização, alienação, acomodação diante da continuidade e até do crescimento das desigualdades sociais, perda completa da perspectiva de uma transformação radical do mundo e perda da consciência de que é ela, a classe trabalhadora que deve assumir o protagonismo dessa transformação, contra o capital e contra o Estado. Essas foram as consequências do deslocamento, realizado pela esquerda, da centralidade do trabalho para a centralidade da política⁸. Deste modo, os partidos ditos de esquerda passaram a comportar-se como típicos partidos burgueses, fazendo dos

“ OS CAPITALISTAS SABEM QUE A SUA FORÇA NÃO ESTÁ NO PARLAMENTO, MAS LÁ ONDE SE CONCENTRAM A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DA RIQUEZA. CONTUDO, SABEM, TAMBÉM, QUE O ESTADO É UM INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL PARA A MANUTENÇÃO E REPRODUÇÃO DOS SEUS INTERESSES. (...) MAS, O QUE É IMPORTANTE: ELES – OS CAPITALISTAS – JAMAIS DEIXAM DE TER O CONTROLE EM SUAS MÃOS.



trabalhadores meras massas de manobra para a realização dos seus interesses.⁹

É instrutivo ver a maneira de atuar dos partidos burgueses. Os capitalistas sabem que a sua força não está no parlamento, mas lá onde se concentram a produção e a circulação da riqueza. Contudo, sabem, também, que o Estado é um instrumento indispensável para a manutenção e reprodução dos seus interesses. Utilizam-se, por isso, do processo eleitoral, e aí estão incluídos todos os meios legais e ilegais, para levar os seus representantes a ocuparem o poder do Estado. Mas, o que é importante: eles – os capitalistas – jamais deixam de ter o controle em suas mãos. Não são eles os instrumentos do Estado, o Estado é que é o seu instrumento. Esta é exatamente a forma de agir que convém à reprodução dos interesses das classes dominantes.

Ora, os partidos e outras organizações de esquerda, ao agirem desta mesma forma, desvirtuam completamente as tarefas que são próprias da classe trabalhadora. É uma enorme ilusão, gerada pela centralidade da política, pensar que bastam boas intenções e honestidade para escapar da armadilha do capital.

Ao contrário do capital, o trabalho não tem uma estrutura de comando centralizada. A produção da riqueza (o trabalho) é necessariamente social, ao passo que a apropriação é sempre privada, quer dizer, concentrada em poucas mãos. Por isso mesmo, a libertação da classe trabalhadora não pode ser obra de um pequeno grupo organizado, mesmo sob a forma do Estado. Tem que ser obra do conjunto da classe trabalhadora, consciente e organizada de forma independente e contrária ao Estado e ao capital. Em consequência disto, só faz sentido a classe trabalhadora participar do processo político-eleitoral se ela puder controlar os seus representantes. Mas, ela só poderá controlá-los se estiver consciente dos seus interesses e organizada para

defendê-los. Este controle não é, de modo nenhum, uma questão jurídica, mas política. Ele mesmo só teria sentido em um momento em que a luta extraparlamentar, contra o capital e contra o próprio Estado, fosse o eixo da luta, o que caracterizaria, já, um processo revolucionário. Isso implicaria a revocabilidade do mandato e a capacidade das massas de obrigar os eleitos a executar as tarefas que lhes foram designadas. Importante acentuar: não se trata de controle dos representantes por partidos, mas pelas amplas massas conscientes e organizadas. Algo neste sentido foi realizado pela Comuna de Paris e pelos primeiros momentos da Revolução Russa. Se isto não acontecer, os trabalhadores se transformarão, inevitavelmente, em massa de manobra. Após eleger os governantes, eles não terão como exigir de seus representantes o cumprimento do que foi prometido, tornando-se, então, expectadores passivos e desorientados.

1.2) UM POUCO DE HISTÓRIA DO BRASIL

Esta transformação dos trabalhadores em massa de manobra foi o que aconteceu no Brasil ao longo destes últimos vinte e cinco anos. O PT, à frente de alguns partidos que se diziam de esquerda, transformou a chegada ao poder em uma condição essencial para levar adiante o seu projeto. Projeto este que passou de um vago tom socialista inicial para um acento cada vez mais clara e inequivocamente reformista. Em síntese, este projeto tem por objetivo, aproveitando a crise que tem como epicentro os países mais desenvolvidos, tomar o caminho do desenvolvimento com distribuição de renda. Este seria o caminho para alcançar, gradativamente e sem acirrar demasiadamente as contradições sociais, em poucas décadas, o patamar de desenvolvimento em que se encontram os países mais avançados. Para isso, porém, viu-se obrigado a fazer cada vez mais concessões e alianças com forças que seriam, em princípio, inteiramente contrárias à realização de profundas transformações na sociedade brasileira.

Como se pode ver, isto não tem mais nada a ver com a análise marxista da sociedade e, muito menos, com a perspectiva da classe trabalhadora de

superar radicalmente o capitalismo. Persegue-se, apenas, o aperfeiçoamento desta ordem social exatamente por supor que o socialismo é um sonho irrealizável.

É uma tremenda ilusão, que será paga com o crescente agravamento dos problemas sociais de toda ordem, pensar que a acumulação gradativa de reformas é o caminho para resolver os problemas da humanidade. É da natureza do capitalismo produzir desigualdade social e tornar cada vez mais bárbara a existência humana. Isto não é um defeito que possa ser sanado. E se, por um breve período, parece que o caminho da reforma é a solução, a médio e longo prazos ficará clara a sua inviabilidade. Mas, então, talvez já seja tarde para a humanidade!

Esse processo de reformização implicou, por sua vez, a burocratização dos partidos, pois a ocupação da máquina do Estado se transformou em meio de reprodução dos interesses dessa vasta camada de parlamentares e burocratas sindicais e intelectuais. Assim, o que era meio – a busca de postos no parlamento e no Estado para, supostamente, defender lá os interesses dos trabalhadores – passa a ser fim, ou seja, a reprodução dos seus próprios interesses. E, de novo, os trabalhadores passam a ser apenas massas de manobra para o momento da eleição e para a manutenção desse projeto. Em troca disto recebem apenas migalhas, pois as políticas econômicas, que são as mais importantes, implementadas por esses partidos, continuam a carrear as riquezas para as mãos dos capitalistas, nacionais e internacionais. Tudo isso, claro, recoberto com o discurso da mudança e da transformação e com a necessária concessão de pequenos benefícios para os trabalhadores.

2) O SENTIDO DO VOTO NULO

Por todos estes motivos, e considerando a obrigatoriedade do voto, a anulação do voto é, a nosso ver, a melhor opção.

Argumentam, muitos daqueles que defendem o voto positivo, que é da máxima importância votar positivamente, sustentando o atual governo, com seu projeto, pois o contrário seria ceder o lugar às forças mais reacionárias. Outros, contrários tanto aos partidos mais reacionários, como PSDB e DEM, como aos partidos que estão, atualmente, no

governo (PT, PMDB, PCdoB, PDT e outros), argumentam que é preciso participar do processo eleitoral, com candidaturas próprias.

Entre estes últimos, temos, basicamente, duas posições. Uma, exemplificada pelo PSOL, pretende, através deste processo, colocar-se como uma real alternativa de poder. Pretende, portanto, tomar o Estado para, por seu intermédio, conduzir as transformações sociais em direção ao socialismo. Outra, esposada pelo PCB, pelo PSTU, pelo PCO e outros, argumenta que é preciso participar para poder fazer a crítica das propostas burguesas e defender a proposta socialista. Argumentam, ainda, estes partidos que, como a maioria da classe trabalhadora ainda acredita na via eleitoral, é preciso participar dela para poder desmistificá-la por dentro. Este seria o caminho para fazer avançar a consciência de classe revolucionária dos trabalhadores.

A crítica à primeira posição, aquela que defende a sustentação do atual governo, é muito simples. Mas, para isso, é preciso partir de um ponto de vista de classe. Se partirmos do ponto de vista dos interesses fundamentais da classe trabalhadora, que implicam a superação radical do capital e do Estado, então veremos que aquele é um projeto tipicamente burguês, cujo objetivo é o aperfeiçoamento do capitalismo o que, mesmo dentro de todas as limitações, só pode ser feito à custa da classe trabalhadora. Vale a pena sublinhar: o capital é incontrolável e, portanto, é ilusão pretender realizar esse controle através do Estado¹⁰.

A crítica às outras posições é um tanto mais complexa. No caso do PSOL, a proposta é a mesma do PT: tomar o Estado para, através dele, implementar determinado projeto que conduziria ao socialismo. A diferença, em relação ao PT, é que este projeto estaria mais voltado para a defesa de interesses nacionais em oposição a interesses internacionais. Ora, já dizia Marx, nas *Glosas críticas marginais ao artigo O Rei da Prússia e a reforma Social. De um prussiano*, que todo partido que luta para ser governo atribui àquele que está no governo a culpa por todos os problemas. Promete, deste modo, saná-los assim que assumir o poder de Estado. Este caminho foi desmentido

centenas de vezes, exatamente porque o Estado (moderno), sendo expressão do capital e estando sujeito à sua lógica, não pode, em hipótese alguma, controlá-lo. Não importa quanta boa intenção se tenha. Não é de boa intenção que se trata, mas de quem detém, efetivamente, o poder. Ora, no capitalismo, a verdadeira sede do poder está na "fábrica", ou seja, lá onde se produz o capital. O poder do Estado é apenas uma mediação para a reprodução dos interesses do capital.

No caso dos outros partidos entendemos que, neste momento, a participação positiva no processo eleitoral só reforça o que já está, em muitos casos, na cabeça das pessoas: a ideia de que este é o meio mais adequado para transformar a sociedade. Se o objetivo dos revolucionários é contribuir para a transformação radical do mundo, então sua prática não pode sinalizar para um caminho que é, necessariamente, reformista.

Mas, para isso, é preciso fazer uma crítica radical não só do capitalismo, mas também do Estado e de todos os caminhos reformistas e enfatizar a necessidade de uma ruptura radical com essa ordem social. E, além disso, deixar bem claro que essa ruptura tem que ser liderada pela classe trabalhadora e que não pode ser, jamais, atribuída nem ao Estado nem a nenhum partido. Para isso, evidentemente, a classe trabalhadora tem que reconstruir sua independência ideológica e política. Este é o cerne da questão.

É preciso lembrar: o que mais importa é o que se faz e não o que se diz. Independente do que se queira e se diga, a participação positiva no processo eleitoral contribuirá para que a classe trabalhadora pense que este é o caminho para mudar o mundo. Os poucos minutos de propaganda eleitoral e alguns comícios não serão mais do que uma gota d'água num oceano de alienação. A situação se agrava ainda mais se considerarmos que o ideário socialista foi profunda e negativamente afetado



pelo fracasso de todas as tentativas revolucionárias, fracasso este que pareceu deixar evidente que o único caminho possível é o aperfeiçoamento desta sociedade.

Aproveitar o processo eleitoral para continuar a fazer aquilo que deveria ser a atividade cotidiana: denunciar o capital e o Estado como responsáveis pelos gravíssimos problemas da humanidade, fazer a crítica radical de todas as propostas de manutenção ou de reforma desta sociedade e esclarecer a respeito de uma nova proposta de sociedade, contribuindo, assim, para a independência ideológica, política e organizativa da classe trabalhadora. Este deveria, a nosso ver, ser o tom da participação no processo eleitoral. Daí ser a anulação do voto o melhor caminho.

As formas para essas atividades podem ser as mais variadas: tanto individuais como coletivas. O importante é que contribuam para mudar o foco da luta dos trabalhadores: retirar este foco da órbita do Estado para recolocá-lo no âmbito extra-estatal, mas com um claro sentido anticapitalista e antiestatal e socialista.

Contudo, o voto nulo embute um enorme perigo, porque pode ter dois sentidos. Pode ser simplesmente um voto de protesto. Vale dizer, a manifestação de um descontentamento com a **forma** da política burguesa e não com o **conteúdo** desta política. Pode significar a insatisfação com a corrupção, a desonestidade, a roubalheira, as falcaturas, o descaso com o interesse público que tem dominado a cena política. Isso significa, por sua vez, que não se está rejeitando a forma burguesa de fazer política, com todas as suas consequências, mas, apenas, que se gostaria que dar um "recado" para que a vida política fosse reformulada no sentido da honestidade e da preocupação com o interesse público. Quem não lembra do refrão: ética na política!

Esta é, muito provavelmente, a preocupação predominante entre aqueles que se dispõem a anular o seu voto.

Nisso reside um enorme perigo, pois dessa maneira não se faz avançar, de modo nenhum, a consciência revolucionária.

É preciso compreender que o problema não está na honestidade ou na desonestidade dos políticos. A

política burguesa implicará sempre, em menor ou maior grau, de forma mais aberta ou mais velada, a corrupção e a predominância do interesse particular sobre o interesse público. Se o poder político, numa sociedade capitalista, é a expressão, ainda que mediada, dos interesses econômicos, que são particulares, isso não poderia ser diferente. Será preciso lembrar os recorrentes escândalos de corrupção que vem à tona em todos os países, inclusive os mais democráticos? Mas, isso é apenas a ponta do *iceberg*.

A questão, pois, não é de honestidade, mas do que se pretende fazer e do compromisso efetivo, provado na vida diária, com um programa de transformações radicais da sociedade. Há políticos burgueses que são honestos. Nem por isso estão comprometidos com os interesses dos trabalhadores. Para a classe trabalhadora, isso significa que ela precisa estabelecer claramente, através de um processo de lutas, que leva à tomada de consciência e organização, quais as propostas que quer ver realizadas. Propostas que sinalizem claramente na direção de uma confrontação radical com o capital e com o Estado.

Por isso mesmo, a nosso ver, o voto nulo só significará um avanço na medida em que expressar a clara intenção de recolocar a perspectiva do trabalho, e não da política, como norteadora de toda a luta. De recolocar a perspectiva do trabalho em primeiro plano, isto é, de priorizar as lutas extraparlamentares com um acento cada vez mais anticapitalista, antiestatal e socialista. Além disso, implica a tomada de consciência e organização independente da classe trabalhadora, a conscientização de que é ela o sujeito fundamental das transformações sociais, de que não é através do processo político-eleitoral que se realizarão as transformações que lhe interessam.

Voltamos a enfatizar: não se trata de rejeitar, para sempre e por princípio, a participação no processo eleitoral. Mas, de ter claro que esta participação só atende os interesses da classe trabalhadora, quando esta, através do processo de lutas, estiver consciente e organizada para fazer valer os seus interesses.

Por isso mesmo, na medida em que essa consciência e essa organização estão,

hoje, muitíssimo debilitadas, o principal investimento do trabalho político deveria estar voltado na direção da mudança do eixo da luta da classe trabalhadora com o objetivo de escapar do círculo de ferro, imposto pelo capital e aceito pela esquerda, que limita a luta ao interior do processo político-eleitoral e do “jogo” institucionalizado. O objetivo principal deveria ser levar os trabalhadores a reassumir o protagonismo das transformações sociais que apontem, em última instância, para a total superação do capital e do Estado e para a construção de uma sociedade socialista.

O objetivo é claro, mas não há receitas para alcançá-lo. Penso que será ao longo deste processo que se construirão os instrumentos organizativos sem os quais nenhuma revolução é possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLAUDÍN, F. *A crise do movimento comunista*. São Paulo, Expressão popular, 2013.

LENIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo, Hucitec, 1978.

LESSA, S. e TONET, I. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

MARX, K. *Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um prussiano*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

_____, *A guerra civil na França*. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2002.

_____, *A necessidade do controle social*. São Paulo, Ensaio, 1987.

TONET, I. Trabalho associado e revolução proletária. In: *Novos Temas*. V. 05/06, 2012.

_____, Trabalho associado e extinção do Estado. In: www.ivotonet.xpg.com.br

_____, *Sobre o socialismo*. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

TONET, I. e NASCIMENTO, A. *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo, Alfa/Ômega, 2009.

Maceió, maio de 2014

NOTAS

Professor de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas.

Vários companheiros/as contribuíram com valiosas observações para a elaboração deste texto. A todos eles meus agradecimentos.

1) O conceito de classe trabalhadora é polêmico. Para compreender o sentido aqui utilizado, sugiro a leitura do livro *Proletariado e sujeito revolucionário*, de Sérgio Lessa e Ivo Tonet.

2) A esse respeito sugere-se ler, além dos textos abaixo citados, de Marx, também, de minha autoria: Trabalho associado e revolução proletária e Trabalho associado e extinção do Estado.

3) A esse respeito, vale a pena ler, de K. Marx, *Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano*. Também, de V.I. Lenin, *O Estado e a revolução*.

4) Considerando as enormes deformações sofridas, tanto teórica como praticamente, pelo ideário socialista, sugere-se a leitura de *Sobre o socialismo*, de minha autoria.

5) Para evitar mal-entendidos, é importante precisar esta categoria. Trabalho associado não é trabalho cooperativo, trabalho voluntário ou economia solidária. Trabalho associado é uma forma de trabalho livre, consciente, coletivo e universal. Implica, portanto, o domínio, mais pleno possível, dos produtores sobre o processo de produção da riqueza material.

6) Sobre isso, ler, de K. Marx e F. Engels, *A ideologia alemã*.

7) Vale observar que, aqui, sociedade civil tem um significado inteiramente diferente daquele utilizado por Marx e Engels. Para eles, significava as relações que os homens estabelecem entre si na produção econômica.

Aqui, significa uma contraposição entre os indivíduos, que se organizam das mais diversas maneiras, e o Estado.

8) Vale enfatizar: por centralidade da política entendemos a atribuição ao Estado, núcleo central da atividade política na sociedade de classes, da tarefa de conduzir o processo de transformação do mundo. Isso nada tem a ver com a desqualificação da política nem com a diminuição da importância da luta política para o processo revolucionário.

9) Sobre esse deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política, sugerimos a leitura dos livros: *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*, de I. Tonet e A. Nascimento;

A crise do movimento comunista, de F. Claudín e *Para além do capital*, de I. Mézáros.

10) A esse respeito, sugere-se ler, de I. Mézáros, *Para além do capital* e *A necessidade do controle social*.

A CAUSA PALESTINA E A MÁQUINA DE GUERRA ISRAELENSE

A gênese do movimento sionista que culmina na constituição do Estado de Israel remete ao começo do século XX, em que o fundo financeiro internacional, que contou com a ativa participação de banqueiros, como Lord Rothschild, permitiu a aquisição de terras na Palestina. Com o apoio do imperialismo britânico, o projeto sionista se transformou em realidade a partir de 1923 e encontrou seu coroamento em 1948. Nesse período além de terras, os sionistas criaram suas organizações políticas e militares na região. De maneira que ao fim da Segunda Guerra Mundial, os sionistas estavam plenamente preparados para enfrentar os exércitos árabes (ROTTA, 2012).

No contexto da Guerra Fria, incitada pelo governo Truman, a criação do Estado de Israel serviria plenamente para fortalecer a política intervencionista dos EUA no Oriente Médio. Observa-se que as decantadas doutrinas Truman e sionista, serviram para forjar os elementos necessários para intervenção judaica e norte-americana na região. No entanto, é preciso desmistificar o caráter nacionalista e religioso do processo de constituição do Estado de Israel, pois ninguém melhor do que os próprios judeus para entender que o capital não tem pátria, pois estes viveram durante quase todo o período de desenvolvimento do cristianismo sem uma faixa de terra fixa e como estavam impossibilitados de possuir bens imobiliários na Idade Média, aprenderam a viver preferencialmente da atividade comercial e a constituir as bases para o desenvolvimento do capital mercantil ou comercial, atividade que se constituiu como fundamental ao processo de superação das relações de produção feudal e ao pleno desenvolvimento das relações essencialmente capitalistas.

O nacionalismo e a noção de que “os judeus precisam de um lar ou uma pátria” serve somente aos propósitos de manipulação da consciência das massas, e nesse aspecto, tem o mesmo efeito alienante que o fascismo exerce sobre elas; pois os sionistas, enquanto homens de expressiva fortuna, não careciam de pátria, à proporção em que o capital é a

sua terra pátria. E o capital abre todas as portas e permite que os capitalistas vivam confortavelmente nas melhores regiões desse planeta. Os banqueiros que financiaram o processo de constituição do Estado de Israel não precisavam nem precisa de terra, porque possuem as melhores terras e as melhores mansões existentes nos EUA, Alemanha, Inglaterra etc. A história do Brasil mostra isso, afinal, quem foram os primeiros senhores de engenho? Quem foram os grandes comerciantes de escravos e das distintas mercadorias? E hoje, quem é o segundo homem mais rico do Brasil? A família Safra não precisa da terra dos palestinos para viver ou para plantar. Mas o Banco Safra certamente precisa da indústria da guerra, como precisa das riquezas minerais e naturais que existem no Oriente Médio. E o Banco Safra tem influência na política econômica brasileira suficiente para facilitar o intercâmbio comercial belicista entre Brasil e Israel.

O sionismo não passa de uma ideologia que serve aos propósitos do imperialismo americano e aos interesses do sistema financeiro de procedência sionista. A intensificação do conflito faz parte do projeto de ampliação da hegemonia norte-americana no Oriente Médio e dos banqueiros sionistas. E é preciso não esquecer que o capital está numa crise que envolve todos os seus complexos. E a crise de expansão e acumulação não pode ser resolvida; no entanto, ela pode ser adiada. E o que os homens de negócios que propagam a ideologia sionista buscam é lançar para bem longe as saídas estruturais para seu paciente terminal, e a melhor medida reparadora para o capital se chama guerra em pequena escala, (embora com intensa brutalidade, destruição e mortes) haja vista que uma guerra em grande escala pode conduzir a III Guerra Mundial e a destruição da humanidade.



A COLONIZAÇÃO ISRAELENSE DO TERRITÓRIO PALESTINO

A formação do Estado de Israel implicou na alteração das correlações de forças presentes no Oriente Médio, transformando a região num verdadeiro barril de pólvora. O terror propiciado pelo Estado de Israel intensificou a luta entre judeus e árabes por território, recursos hídricos e minerais. A formação da Organização para Libertação da Palestina (OLP), pelos Estados árabes, brotou na necessidade de minimizar os efeitos deletérios da presença crescente do Estado sionista na região. O momento marcante desse avanço foi a Guerra dos Seis Dias (1967), em que Israel, valendo-se do elemento surpresa, controlou as colinas de Golã (pertencentes à Síria), do Monte Sinai e Faixa de Gaza (controlada pelo Egito), a Cisjordânia (controlada pela Jordânia) e Jerusalém Oriental. Isso implica a ampliação de sua área de controle de 20 mil quilômetros quadrados para 102 mil quilômetros quadrados. Apesar dos protestos da ONU contra o movimento imperialista israelense, a determinação de devolução dos territórios ocupados, segundo a resolução 242 da ONU, nunca foi acatada pelo Estado terrorista. Isso conduziu a realização da ofensiva dos países árabes (Egito e Síria) contra Israel em outubro de 1973 (Guerra do Yom Kippur). (LAMAS, 2004).

A guerra serviu para estreitar a participação das grandes potenciais econômicas na região e culminou na formação da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo), servindo de marco expressivo da gênese da etapa histórica de crise estrutural do capital,

em que o caráter perdulário do capital ganharia corolários especiais. A posição irreversível do Estado de Israel em relação aos territórios ocupados impediu qualquer acordo de paz entre árabes e judeus entre 1967 e 1978. Nesta data acontece o Acordo de *Camp David*, em que Israel entrega a Península do Sinai ao Egito e com isso consegue neutralizar uma das forças mais expressivas do conflito. Em 1983, foi a vez de firmar Acordo com o Líbano, mediante promessa de retirar suas forças militares do país em troca da desintegração do apoio às ações da resistência Palestina em território libanês. No entanto, a presença dos exércitos israelenses nessa parte do oriente serviu para constituir organizações de resistências internas, como o Hezbollah. Mas, as forças armadas israelenses somente se retiraram do Líbano dezessete anos depois (2000). (LAMAS, 2004).

Nos territórios palestinos, o movimento de resistência se intensifica em 1987 com as *intifadas* organizadas pela OLP. Na perspectiva de encontrar uma saída pacifista para o conflito, a OLP acaba reconhecendo o direito de existência do Estado de Israel e o mesmo deveria acontecer estrategicamente da parte israelense. Nessa perspectiva foram firmados acordos entre 1993 e 1999, pela mediação de Arafat e Rabin, em que fica acertado gradual retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados, a constituição de uma Autoridade Nacional Palestina (AP), uma política para resolver o problema dos refugiados palestinos (4 milhões de pessoas) e que os problemas territoriais não poderiam ser resolvidos pela força. E como nenhum dos acordos foi respeitado ao longo dos cinco anos, tentou-se um novo acordo

em 2000, em *Camp David* (EUA), mas fracassou devido à insistência de Israel em manter os palestinos em quatro territórios separados e negar: 1) a possibilidade de soberania palestina em suas fronteiras; 2) autonomia de seu espaço aéreo; 3) limitação de seus recursos hídricos. (LAMAS, 2004).

Na primeira década do século XXI assistiu-se a intensificação da expansão israelense no território palestino, e ainda a construção de um muro de proteção separando Israel da Cisjordânia, repetindo o feito operado na Faixa de Gaza. O conflito se intensifica porque Israel aproveita a construção do muro para invadir inúmeros quilômetros da Cisjordânia e desrespeitar os limites estabelecidos pela linha verde fronteiriça estabelecida em 1967 (LAMAS, 2004). Apesar das críticas da comunidade internacional à violação dos direitos humanos e aos preceitos instituídos pela ONU, e também pela ilegalidade decretada pela Corte Internacional de Justiça à constituição do referido muro, Israel não recuou um centímetro sequer de propósitos de ocupação militar dos territórios palestinos. Assim, o fracasso das negociações no final do século XX ajudou a intensificar a onda de violência da região entre 2000-2005, em que as intervenções belicistas de Israel foram seguidas pela segunda *intifada* e um conjunto de atentados orquestrados pelo Hamas e Fatah. Com isso a direita, agrupada em torno do Likud, fortaleceu-se ainda mais.

O projeto expansionista sionista tem como *leitmotiv* a guerra, pois esta é única maneira de superar suas fronteiras estabelecidas entre o rio Jordão e o Mar Mediterrâneo e expandir seu território para os rios Nilo e Eufrates. Nesse contexto, a Palestina é tão somente a primeira barreira do projeto da grande Israel. E o processo de definhamento dos territórios palestinos é plenamente atestado pelos dados: "Alias, os palestinos tinham 100% das terras, passaram a ter 45% em 1947, cerca de 35% em 1967 e com as negociações de paz de 1993, hoje possuem controle de menos de 22 da Palestina histórica"

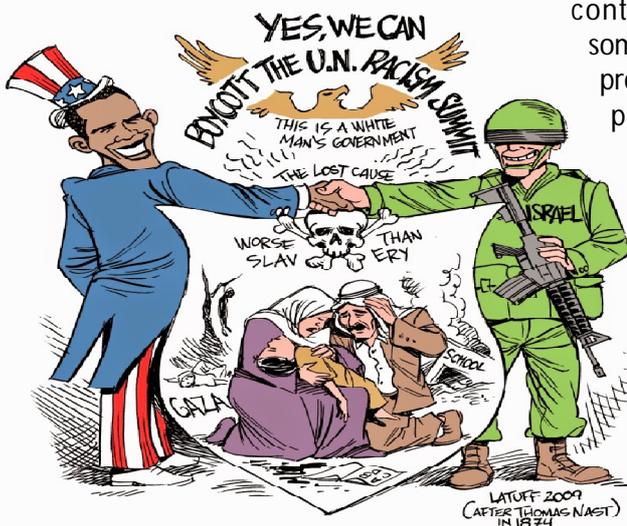
(TOLEDO, 2014, p. 2)

Ao contrário de Israel, não existe uma organização palestina (OLP, Autoridade Palestina, Hamas e Fatah) que não tenha demonstrado interesse pela pacificação da região. O Hamas, por exemplo, abriu mão de mandato obtido nas eleições parlamentares de 2006 em nome da busca de uma solução negociada para o conflito, em que entregou o poder político para representante da OLP e da AP de Mahmoud Abbas; diferentemente do partido da extrema-direita israelense (Likud) representado por Netanyahu, que afirma claramente não aceitar a existência de um Estado palestino soberano. Isso implica que Israel não abre mão do controle da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, lembrando que Jerusalém fica estabelecida no interior da Cisjordânia. Reconhecer a autonomia deste território seria uma perda irreparável para os propósitos econômicos e estratégicos do poder sionista e um enfraquecimento do discurso religioso.

COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR ISRAELENSE E SEU TERROR DE ESTADO

O clima de tensão na região tende a agravar-se, porque a paz não interessa ao quarto maior complexo industrial-militar do planeta, que emprega aproximadamente 22% de sua força ativa de trabalho e que acumula mais de 7,4 bilhões apenas com a exportação de seu sistema de defesa e assessoria militar. Diante de tal potência bélica, nenhuma das nações vizinhas pode sentir-se em segurança perante o Estado sionista, uma vez que a quebra dos protocolos internacionais e das resoluções da ONU constitui-se como *démarche* da referida potência bélica. O direito reconhecido por Israel é somente o direito baseado na força. O imperialismo israelense está plenamente articulado aos preceitos belicistas norte-americanos. E conta ainda com o apoio incondicional da União Europeia e da OTAN.

Enquanto os israelenses possuem o 5º maior exército mundial, os palestinos estão proibidos de constituir qualquer exército, e sua luta defensiva é formada por armas artesanais, enquanto isso o exército israelense conta com os modernos artefatos químicos e nucleares. O exército é superior ao conjunto dos exércitos árabes e segue completamente o desenvolvimento do complexo



“ OS EXÉRCITOS ISRAELENSES NÃO MATAM APENAS JOVENS E ADULTOS, ASSASSINAM CRIANÇAS INDEFESAS E INOCENTES. ISSO DENOTA O ESTADO DE BARBÁRIE E DESUMANIDADE DESSES TEMPOS HODIERNOS. POR ISSO, A HUMANIDADE DEVE ERGUER-SE HOJE CONTRA O ESTADO DE ISRAEL COMO DEVE ERGUER-SE CONTRA O CAPITAL, QUE RECORRE PERMANENTEMENTE AO ESTADO PARA CRIMINALIZAR OS TRABALHADORES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM TODO O MUNDO ”

industrial-militar norte-americano. Enquanto a defesa palestina é somente uma tentativa desesperada de resistência, não possuindo nada da complexidade do arsenal contemporâneo, a máquina de destruição e morte de Israel conta com aviões caças F16, helicópteros Apache, tanques, blindados, porta-aviões, e todo um sistema (aviões-Heron TP, mísseis, veículos-Guardium, navios-Protector) não tripulados. Este sistema tem como fundamento a tecnologia norte-americana conhecida como aviões-espiões ou invisíveis, que são capazes de escapar do sistema de radar usualmente utilizado. Esses aviões não tripulados atuam com poderio ofensivo capaz de produzir danos incalculáveis aos palestinos.

Além disso, o exército mortífero de Israel possui as multifuncionais máquinas aéreas de apoio à infantaria como: Hermes, desenvolvido pela Elbit Systems, e o Skylark. A parafernália mais avançada da indústria bélica, exportada ou fabricada pelo seu complexo industrial-militar, desrespeita completamente os direitos humanos e as convenções internacionais acerca dos prisioneiros de guerra. O terrorismo é abertamente praticado pelo Estado, em que constantemente se humilha, tortura e mata prisioneiros (adultos, jovens e crianças). A tortura e o assassinato de crianças e mulheres denotam o claro interesse sionista de exterminar os palestinos. Os dados apontam que três de cada dez palestinos assassinados são crianças.

Isso revela o caráter contraditório da história. Um povo que no passado foi vítima da perseguição e dos campos de concentração, agora adota os mesmos procedimentos contra outro povo. Na verdade, não se trata da natureza de um povo, mas da natureza do capital e da necessidade de sua expansão e acumulação, em que os seres humanos simplesmente são destituídos de valor.

O projeto sionista dos grandes banqueiros é no fundo o projeto sociometabólico de reprodução do capital, em que a guerra comparece como uma de suas atividades mais lucrativas.

A expansão do Estado sionista é somente uma das expressões do caráter destrutivo e perdulário do capital. O bombardeio da Faixa de Gaza pela viação israelense, região formada por aproximadamente 1,7 milhões de pessoas em condições subumanas, constitui-se como genocídio e crime contra a humanidade. E o que é crime de guerra, de um lado, é laboratório para se testar a eficiência de seus produtos bélicos, do outro.

A máquina da guerra serve para justificar a necessidade de expansão do complexo industrial-militar. O projeto dos banqueiros sionistas de ampliação territorial é somente um exemplo da natureza destrutiva do capital. E que o referido sistema sociometabólico somente pode intensificar e agravar os problemas da humanidade, ou seja, ele somente pode intensificar a barbárie, pois está estruturalmente impossibilitado de solucionar os problemas estruturais da humanidade.

CONCLUSÃO

Ao invés de elevar as condições de vida da humanidade, o capital prefere semear a guerra. Ao invés de emancipar o povo palestino do estado de exceção em que está enredado, o capital somente pode aprofundar o genocídio e o extermínio de seres humanos. O genocídio dos palestinos praticado pelo Estado de Israel serve para revelar a natureza de todo Estado. Por isso, não se constitui nenhum exagero afirmar que o extermínio de

crianças palestinas em Gaza é somente prelúdio do projeto de extermínio da humanidade pelo capital. Os exércitos israelenses não matam apenas jovens e adultos, assassinam crianças indefesas e inocentes. Isso denota o estado de barbárie e desumanidade desses tempos hodiernos. Por isso, a humanidade deve erguer-se hoje contra o Estado de Israel como deve erguer-se contra o capital, que recorre permanentemente ao Estado para criminalizar os trabalhadores e os movimentos sociais em todo o mundo.

Lutar não é um crime. Os palestinos têm todo o direito de resistir à ofensiva israelense. Crime é o que o Estado de Israel está fazendo. Crime é o que o capital está fazendo, pela mediação do aparato repressivo do Estado, com os trabalhadores em todo o mundo, inclusive no Brasil. Enquanto o Estado de Israel representa barbárie e destruição da humanidade, a defesa da causa palestina representa o direito do resistir contra o capital e o imperialismo orquestrado pela máquina de guerra alimentada pelos banqueiros sionistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAMAS, Bárbara Gomes. *Palestina e Israel: acordos de Oslo, Camp David II e Mapa da Paz*. Conjuntura Internacional, PUC - Minas, 2004. Endereço: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARO_NOTIC20050802162917.pdf. Acesso em 02 de agosto de 2014.

ROTTA, Helen Rocha. *A doutrina Truman e a criação do Estado de Israel: o lobby judaico na política americana*. Revista Historiador, no. 05. Dezembro de 2012.

TOLEDO, Thomas. *10 mentiras de Israel contra os palestinos*. Endereço: <http://cebrapaz.org.br/site/todas-as-noticias/1043-10-mentiras-de-israel-sobre-o-genocidio-contra-os-palestinos-por-thomas-de-toledo.html>. Acesso em 04 de agosto de 2014.

Este jornal é editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com

SIGA-NOS NO FACE

[facebook.com/espacosocialista1](https://www.facebook.com/espacosocialista1)